

“Diversificação e articulação da base produtiva e comercial em Moçambique”

**"QUESTÕES À VOLTA DO DESENVOLVIMENTO DA BASE PRODUTIVA
NO PARP: IMPLICAÇÕES PARA ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO
DO EMPRESARIADO NACIONAL "**

Carlos Muianga

Maputo, Dezembro 2013



Apresentação dos Background Papers

Em 2011, o IESE assinou um acordo com a embaixada da Dinamarca para participar por dois anos (2012/2014) no projecto de apoio ao sector privado, com a sua pesquisa. Isto significa que o IESE vai usar a sua pesquisa e publicações para gerar artigos específicos para debate público e de políticas relacionadas com o desenvolvimento da capacidade produtiva.

Para o IESE, a investigação deve focar no desenvolvimento de capacidades produtivas ao mesmo tempo que também foca em questões sobre pressões económicas, sociais e políticas que moldam políticas públicas e decisões de negócio de forma a apoiar a diversificação e articulação da economia para além das dinâmicas de especialização em projectos de minerais e energia. Adicionalmente, a pesquisa precisa ir para além da questão de diversificação e evidenciar na análise as condições de economia política para diversificação e articulação das capacidades produtivas.

Assim, o presente background paper usa o quadro analítico acima descrito que vem sendo desenvolvido pelo IESE desde 2008, para delinear os principais resultados da sua pesquisa, no âmbito do projecto “diversificação e articulação da base produtiva e comercial em Moçambique”.

Background paper Presentation

In 2011, IESE has entered an agreement with Danish embassy to participate for two years (2012/2014) in their private sector support programme with research analysis. This means that IESE will utilize its own research work and publications to generate specific background papers for public and policy debate related to productive capacity development.

For IESE, research needs to be focused on development of productive capacities and, in association with it, the economic, political and social pressures and interests that shape public policy and business decisions, in order to support diversification and articulation away from narrow specialization on mineral and energy projects. Additionally, research needs to go beyond claiming the need for diversification and articulation, and needs to address the political economy conditions for diversification and articulation of productive capacities.

The present background paper uses the above framework, that has been developed by IESE since 2008, to outline the main research findings in the context of the project "diversification and articulation of productive and trade capacities in Mozambique".

QUESTÕES À VOLTA DO DESENVOLVIMENTO DA BASE PRODUTIVA NO PARP: IMPLICAÇÕES PARA ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DO EMPRESARIADO NACIONAL

Carlos Muianga

INTRODUÇÃO

Em Moçambique, a necessidade de desenvolver um sector empresarial dinâmico e em forte ascensão está patente em vários documentos e planos estratégicos do governo, e de vários grupos e associações empresariais. O mais recente plano do governo para a redução da pobreza (PARP 2011-2014) levanta esta questão, de forma generalizada e simplista, mas também sem algum foco claro sobre as possibilidades reais de desenvolvimento da capacidade produtiva doméstica (GdM 2011). Portanto, o PARP reconhece a necessidade de aumentar a produção e produtividade na agricultura, promover o emprego e apoiar a emergência e desenvolvimento de pequenas e médias empresas (PMEs). Contudo, o PARP não define a base real para que tal aconteça, o que não constitui algum avanço na maneira de pensar sobre estratégia produtiva nacional, nem no papel do sector privado e do empresariado nacional no desenvolvimento de capacidades produtivas domésticas.

Este artigo analisa, criticamente, a visão do PARP sobre o desenvolvimento de uma base produtiva alargada e diversificada e sua concepção sobre o papel do empresariado nacional neste processo. O artigo argumenta que a concepção do PARP sobre o papel do sector privado no desenvolvimento de uma base produtiva mais ampla e diversificada é bastante simplista e irrealista, carecendo de uma base de análise sobre as dinâmicas produtivas existentes (o que se produz, como se produz, quem produz, com que recursos e capacidades, em que escala, para que finalidade, com que logística e financiamento, as condições de rentabilidade, os mercados, as ligações, etc.) e sua relação com a base empresarial existente e a que se pretende criar. Portanto, entender as dinâmicas produtivas existentes e dominantes, suas características específicas e como estas dinâmicas estruturam a, ou são estruturadas pela, base empresarial e capacidade produtiva existentes pode constituir um avanço significativo na delimitação de acções concretas para o desenvolvimento de um empresariado nacional mais dinâmico e competitivo.

O QUE O PARP DIZ SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA BASE PRODUTIVA E EMPRESARIAL?

Três questões fundamentais determinam o foco do PARP no que respeita ao desenvolvimento da base produtiva e empresarial: o aumento da produção e produtividade na agricultura, a promoção de emprego e o desenvolvimento de PME's.

O aumento da produção e produtividade na agricultura reside apenas no reconhecimento da importância da produção familiar na segurança alimentar e nutricional” (produção de alimentos), em particular nas zonas rurais. Esta produção familiar é, ao mesmo tempo, caracterizada como sendo feita com recurso à técnicas e tecnologias rudimentares, que geram rendimentos e retornos muito baixos, o que reflecte, segundo o PARP, um das principais razões para a fraca produtividade da agricultura em Moçambique. Por causa destas limitações técnicas e tecnológicas, para o aumento da produção e produtividade na agricultura o PARP define as seguintes acções: melhorar o acesso a factores de produção (insumos, tecnologia, etc.), facilitar o acesso aos mercados e financiamento, e melhorar a gestão sustentável dos recursos naturais (GdM 2011).

Por seu turno, o foco em PME's encontra-se orientado para a maximização de investimento e promoção de emprego sem, portanto, estabelecer qualquer ligação estatégica com as dinâmicas produtivas e empresariais existentes, nem discutir algum problema industrial concreto. De facto, no PARP, a promoção de PME's, a par da liberalização do mercado laboral, são definidos como principais objectivos para a criação de emprego e a consequente redução da pobreza. Por causa desta ligação assumida (que é directa e simplista) entre PME's e emprego, o PARP tem como acções: criar “um ambiente favorável” à constituição e desenvolvimento de PME's. Este “ambiente favorável” resume-se na simplificação de procedimentos de licenciamento de actividades económicas e de pagamento de impostos (GdM 2011). O argumento é de que a massificação do regime de licenciamento simplificado de actividades económicas, sobretudo para criação de PME's, juntamente com os incentivos fiscais, irá dinamizar a actividade produtiva, criando novos postos de trabalho e, consequentemente, reduzir a pobreza. Por sua vez as acções conducentes para a melhoria dos negócios e promoção do emprego são também determinadas pela necessidade de acesso à terra e transferência de títulos de uso e aproveitamento de terra (DUAT) e a facilitação dos procedimentos de importação e exportação de bens e serviços. Adicionalmente, o PARP refere a necessidade de promover ligações entre PME's e grandes empresas (em especial os megaprojectos), através da criação de “programas de ligações/complementaridades”, com vista a estimular o fornecimento de bens e a prestação de serviços, a formação de “clusters” industriais e cadeias de produto e valor.

Portanto, estas questões têm implicações para o desenvolvimento da capacidade produtiva e empresarial e não podem ser analisadas à parte das dinâmicas produtivas internas e externas e seus objectivos estratégicos. Por exemplo, a base empresarial mais evidente e desenvolvida é essencialmente dominada pelos grandes projectos (de recursos naturais, transportes e comunicações e infra-estruturas relacionadas), sem foco no desenvolvimento da capacidade produtiva doméstica, dadas características e interesses específicos (foco nos mercados externos, produção e exportação de produtos primários, sem ou com mínimo processamento).

QUAIS SÃO OS PROBLEMAS QUE SURGEM DO PARP E QUAIS AS IMPLICAÇÕES PARA A ESTRATÉGIA PRODUTIVA E EMPRESARIAL

É importante considerar uma série de questões quando se pensa em estratégia produtiva (por exemplo, de onde vêm os objectivos da estratégia, a que interesses específicos a estratégia responde e quais são as fraquezas e deficiências de pensar em estratégia de uma ou de outra forma?). Embora estas questões não estejam tratadas no PARP, revelam-se extremamente necessárias para a compreensão de qual é a direcção que a estratégia pretende tomar e que resultados são possíveis de prever. Por exemplo, no que respeita ao desenvolvimento da base empresarial, qual é a direcção que o PARP sugere? Como é que a direcção sugerida pelo PARP pode ter implicações nas dinâmicas empresariais mais dominantes (grandes projectos de recursos naturais, infra-estruturas, etc.) e nas que estão a emergir?

A definição de prioridades

Do ponto de vista mais geral, os principais problemas que surgem do PARP reflectem problemas de metodologia (qual é o ponto de partida para identificar oportunidades e, a partir destas, identificar os limites e definir prioridades?). À semelhança de alguns documentos, estratégias e políticas sectoriais (que serviram como base de suporte para a elaboração do PARP e que, em alguns casos, até entram em contradição ou em conflito com o PARP, e mesmo entre si), o PARP parte de uma retórica para a definição de prioridades para o desenvolvimento da base produtiva nacional, isto é, parte do que seria desejável ter, fazer e acontecer, independentemente dos limites, constrangimentos e possibilidades reais para sua materialização. Por exemplo, o foco generalizado sobre o que “falta” (no caso, por exemplo, da agricultura e PMEs, inclui insumos, tecnologias, financiamento, infra-estruturas, mercados, etc.), ao invés do que “existe” (a produção e as condições e relações de produção, os produtores, os mercados, as ligações, o quadro macroeconómico, etc.), não permite visualizar os

limites e oportunidades do que é possível produzir, em que escala, em que condições produzir, com que recursos e capacidades, e qual o papel do sector privado nacional neste processo.

Woodhouse (2012), com base na sua análise das dinâmicas dos mercados agrícolas no Norte de Moçambique, sustenta a deficiência do argumento sobre a “falta” de condições (insumos, tecnologia, acesso a mercados, financiamento, infra-estruturas, etc.) como principal factor para a fraca produção e produtividade na agricultura. A sua análise revela a existência de focos de procura (por exemplo a procura de soja para alimentar a crescente produção e demanda de frangos) que sugerem uma abordagem mais dinâmica no modo de pensar no aumento da produção e produtividade agrícolas e acesso aos mercados entre os produtores de pequena escala.

Além disso, as dinâmicas dominantes no sector agrário (as concessões agrícolas viradas para exportação: biocombustíveis, florestas, tabaco, algodão, caju, açúcar, etc.) têm características específicas e bem definidas (mercados, finanças, logística, etc.) e tendem a consolidar-se cada vez mais. Estas dinâmicas têm impacto estruturante não só na actividade produtiva do sector familiar, como também na possibilidade de emergência de um empresariado dinâmico e competitivo, uma vez que afectam e estruturam os mercados e a disponibilidade de recursos (terra, água, trabalho, capital, etc.).¹ Contudo, apesar de serem importantes estas dinâmicas não são sistemática nem estrategicamente equacionadas na definição das prioridades produtivas do PARP, sobretudo como potencial para o desenvolvimento de forças produtivas no campo (firmas, recursos, capacidades e qualificações, etc.). Portanto, considerando estas deficiências, podem se levantar algumas questões: (i) como é possível pensar, de forma consistente, em processos reais de produção agrícola, de distribuição e de consumo, e em como estes processos se organizam e se articulam dentro da economia? (ii) qual seja o papel do empresariado nacional existente e emergente em todo este processo?

A análise sobre promoção de PME's revela também os problemas de concepção da estratégia produtiva do PARP. O foco sobre PME's, para além de descrever a necessidade de potenciá-las para gerar mais emprego, não reflecte qualquer problema industrial concreto. As PME's, pela maneira como são tratadas no PARP, enfrentam uma série de problemas, desde os problemas de formação e

¹ Existem algumas questões sobre a importância de olhar para as dinâmicas agrícolas reais e dominantes (que incluem também o sector familiar) quando se pensa em transformação agrícola. A questão é que pensar numa estratégia de transformação de uma agricultura familiar de “subsistência”, para uma agricultura mais virada ao mercado, como o PARP o pretende fazer, implica, necessariamente, a compreensão das dinâmicas sócio-económicas no campo, sua diferenciação (a diferenciação dos processos e organização da produção, da escala, dos mercados, etc.) e ligação com o actual padrão de acumulação.

aprendizagem até ao seu desenvolvimento e competição nos mercados quer domésticos assim como globais.

É importante repensar na relevância da análise dos problemas produtivos que o PARP procura resolver, contudo, a forma generalizada como são tratadas as PME's não permite identificar os reais problemas que estas enfrentam, nem permite uma análise mais coerente sobre que tipo de intervenção é necessária para estas desenvolverem e serem competitivas. Por exemplo, que tipo de capacidades empresas de um certo tipo ou ramo de actividade necessitam para se transformarem e serem competitivas, pelo menos, no mercado doméstico? Que tipo de incentivos à produção estas empresas necessitam para reduzir os custos iniciais de investimento (infra-estrutura, financiamento barato, apoio institucional, etc.). A simplificação dos procedimentos de licenciamento às actividades económicas, em particular para a criação de PME's, não permite, por si só, identificar as capacidades das empresas exercerem certas actividades, adquirirem novas capacidades, competências e qualificações, desenvolverem ligações (a montante e a jusante) e operarem em mercados específicos. Portanto, o licenciamento às actividades produtivas não pode resumir-se somente à necessidade de legalizar e/ou criar o maior número possível de PME's, mas também identificar quais são as empresas com capacidade de aprender e de apropriar conhecimento e capacidades e, a longo prazo, gerar novo conhecimento e novas capacidades. Isto permitiria desenvolver uma base produtiva mais alargada e diversificada a partir destas empresas.

A questão sobre os incentivos à produção levanta um outro problema. Incentivos à actividade produtiva são um elemento fundamental na análise dos problemas que o PARP levanta, na medida em que estruturam a maneira como agentes económicos (por exemplo, empresas) usam diferentes capacidades (de investimento, de produção e de ligações), estimulando (ou não) a sua expansão e criação de novas capacidades e actividades dentro da economia. Contudo, incentivos fiscais generalizados, como os que o PARP e outros documentos oficiais do governo descrevem, são mais susceptíveis de falhar no alcance dos objectivos de desenvolvimento da base produtiva e empresarial. A questão que surge é, qual será de facto o papel da intervenção pública no desenvolvimento de PME's (e sua competitividade) no actual sistema de acumulação e até que ponto este sistema afecta ou constrange os objectivos da intervenção? Portanto, como é possível desenvolver uma base empresarial mais sustentável com foco no que falta e não no que existe e nas possibilidades reais para a sua materialização?

O problema de financiamento da base produtiva

Os problemas de metodologia identificados no PARP também se reflectem na questão sobre o financiamento da actividade produtiva (o aumento da produção e produtividade agrárias e o desenvolvimento de PME) em geral. O PARP não estabelece limites, nem constrangimentos reais para financiar as prioridades produtivas. O “pressuposto” é de que a estratégia produtiva, em si, irá gerar a sua capacidade de financiamento, independentemente do grau de diferenciação dos processos produtivos, dos mercados, dos padrões e condições de rentabilidade, incluindo os impactos e as possibilidades reais de acesso a outros factores de produção.

Portanto, a análise sobre o financiamento da actividade produtiva no PARP é feita, por um lado, quase fora dos padrões e dinâmicas reais de financiamento do Estado² e da política fiscal e monetária em particular, assim como das dinâmicas de expansão da actividade bancária e dos serviços financeiros à escala nacional. No que diz respeito à expansão da actividade bancária é importante perceber que esta procura responder ao que existe (e suas ligações) e não necessariamente ao que falta.³

Por exemplo, o PARP descreve a necessidade de expandir a rede de infra-estruturas e de instituições e/ou serviços financeiros em todo o país, sobretudo nas zonas rurais. Este é um factor inquestionável para o desenvolvimento da base produtiva e empresarial doméstica. Contudo, se olharmos para o que existe, em particular para as tendências actuais de investimento (recursos naturais, energia e infra-estruturas relacionadas), que são tratadas muito superficialmente no PARP, é possível constatar-se um cenário quase que contraditório. Primeiro, a rede de infra-estruturas a ser desenvolvida nos próximos anos deverá estar centrada em torno da actividade extractiva, essencialmente virada para exportação (por exemplo, a construção da linha-férrea Moatize Nacala e Aeroporto de Nacala, a reabilitação da linha de Sena, a construção da barragem de Mphanda Nkuwa, a linha de transporte de energia Centro-Sul (CESUL), e outros investimentos de grande dimensão) que, pelo seu potencial de gerar retornos a curto e médio prazo, poderão absorver parte substancial dos recursos financeiros domésticos capazes de financiar a diversificação da base produtiva nacional e a PME emergente.

² Ajuda externa, endividamento público interno e externo, parcerias público-privadas, etc.

³ Esta informação pode ser confirmada pelo discurso do PCA do Banco Único, João Figueiredo, na “Conferência Portugal Moçambique: Ligações Fortes”, realizada nos dias 2 e 3 de Maio de 2013, no Girassol Indy Congress Hotel & Spa. Figueiredo defende que a banca só pode se expandir para as zonas rurais, com a existência de condições de rentabilidade, associadas à escala da produção e do comércio e de outros serviços.

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA BASE PRODUTIVA E EMPRESARIAL

A constatação da existência de dinâmicas produtivas dominantes (mega projectos minerais e energéticos, concessões agrícolas de média e grande escala viradas para exportação, e outras actividades produtivas de pequena escala, etc.) que, tanto do ponto de vista metodológico, como do ponto de vista das possibilidades reais, não são consistentes com o tipo de intervenção que responde às questões que o PARP coloca. Tais dinâmicas, como o artigo argumenta, devem ser compreendidas para uma análise mais consistente dos problemas de desenvolvimento da base produtiva nacional.

A organização da produção

A organização da produção é fundamental na análise do que é possível fazer, dadas as dinâmicas reais existentes e suas interacções. As dinâmicas existentes (os produtores, os mercados, as relações sociais de produção, etc.) revelam uma estrutura de organização da produção que reflecte e responde às especificidades de escala, dos mercados e do tipo de interacções que as actividades produtivas permitem desenvolver. Por exemplo, a escala, a organização e os objectivos da produção familiar e comercial são diferentes e respondem a questões e interesses específicos. Portanto, a necessidade de transformação para processos modernos de organização da produção requer uma compreensão profunda dessas especificidades.

Uma das questões que o PARP levanta é a necessidade de promover a formação de clusters industriais e cadeias de valor para melhorar a competitividade da produção nacional. A análise sobre o desenvolvimento de clusters e cadeias de valor é muito interessante quando se pensa em organização industrial da produção. Contudo, é preciso compreender, primeiro o que existe, identificar as oportunidades e possibilidades e definir em torno de que actividades e para que finalidades é relevante a formação de clusters e cadeias de valor. É importante também pensar sobre quais são os recursos, as capacidades, e as motivações dos potenciais actores (empresas, fornecedores, consumidores, indústrias e serviços de suporte, etc.).

Cadeias de valor e “clusters” industriais variam de acordo com a escala de organização social, espacial e técnica da produção e do tipo de interacções que se desenvolvem entre os diferentes actores dentro da cadeia. Portanto, cadeias de valor existem dentro de uma matriz complexa de instituições e indústrias de suporte e são sustentados por uma variedade de inputs críticos, incluindo recursos humanos, infra-estruturas, capital, finanças, serviços, etc.. Estes “inputs” não são neutros

relativamente às dinâmicas globais de produção e às pressões competitivas que destas emergem. Pelo contrário, são estruturados, em grande medida, por essas dinâmicas.

Por exemplo, no PARP, a análise sobre competitividade das PME's nacionais é feita à margem dessas dinâmicas e das pressões competitivas resultantes do avanço técnico e tecnológico, assim como das dinâmicas regionais de acumulação e seu impacto na economia. Tais dinâmicas colocam as firmas, as instituições, as políticas necessárias para a competitividade, numa necessidade de constante transformação das suas estruturas de organização.

Portanto, sectores, indústrias e empresas requerem novas capacidades para gerir as mudanças técnicas e a habilidade institucional para desenvolver novas capacidades, o que, por sua vez, requer um suporte mais efectivo à produção inicial, à aquisição e domínio de novas tecnologias, etc. Um ambiente institucional mais dinâmico e disponibilidade de trabalho qualificado e capital (infra-estrutura, finanças, tecnologia, etc.) são factores importantes, mas não determinantes activos de um crescimento alargado e diversificado. Contudo, ajudar as empresas a iniciar a produção, dominar novas tecnologias, inovar e adquirir vantagens competitivas não se resume à simples questão de simplificar este ou aquele procedimento e liberalizar o mercado de trabalho, mas obedece sim a um processo mais amplo de criação de novas capacidades industriais para competir num mercado global – doméstico e externo.

Ligações entre PME's e grandes empresas

Um dos objectivos estratégicos do PARP, que tem implicações directas no desenvolvimento da base empresarial existente e emergente, é a promoção de ligações entre PME's e grandes empresas (particularmente os mega projectos), como forma de estimular o fornecimento de bens e prestação de serviços.

Sendo uma dinâmica dominante, é realmente importante e necessário considerar a dinâmica dos mega projectos e o potencial de ligações que podem gerar dentro da economia. A questão que se deve colocar, em primeiro lugar, é a de pensar em que é que a intervenção pública é importante. Esta questão prende-se, sobretudo, com a necessidade da intervenção pública ser capaz de identificar o tipo de interacções possível e susceptível de gerar dinâmicas de procura contínuas para as PME's domésticas, e desenvolver novas capacidades industriais que permitam as empresas nacionais não dependerem exclusivamente dos grandes projectos.

Portanto, como qualquer outra dinâmica dentro da economia, mega projectos geram focos de procura, capazes de gerar novas dinâmicas de acumulação a montante e a jusante, à escala nacional. A questão que se coloca é quão sustentáveis podem ser estes focos de procura e até que ponto podem fornecer alguma base metodológica para pensar em estratégia industrial e processos de industrialização dinâmicos que gerem e multipliquem ligações dentro da economia e permitam desenvolver uma base empresarial mais diversificada.

Análises sobre mega projectos em Moçambique mostram que estes são intensivos em capital, tecnologia, qualificações, etc. e, dada a complexidade dos processos produtivos (a tecnologia, os recursos, as qualificações, os “standards”, os mercados, etc.), embarcar na necessidade de fortalecer as ligações entre PME e grandes projectos multinacionais requer um “upgrading” das empresas nacionais, o que, por sua vez, requer elevados custos de investimento na criação de novas capacidades industriais.⁴ A questão que se coloca é como investir no desenvolvimento de novas capacidades e como aproveitar estas capacidades para o desenvolvimento sustentável das empresas nacionais?

Algumas experiências de sucesso e insucesso de empresas nacionais que desenvolveram capacidades industriais para o mercado doméstico com base em ligações com mega projectos seriam um ponto de partida para uma estratégia para apoiar o desenvolvimento de capacidades empresariais dentro da economia. Contudo, há que ter em atenção que investir em novas capacidades industriais pode ser bom, se a economia como um todo for capaz de absorve-las, mas também pode ser mau se o foco for somente para megaprojectos.

Esta análise coloca algumas questões: olhando para o que existe (empresas, produção, tecnologias, mercados, etc.), que capacidades industriais são mais prioritárias para desenvolver, para que finalidade e com que recursos? Qual seria o papel da intervenção pública na identificação de possibilidades reais e sustentáveis para promover ligações entre PME nacionais e megaprojectos, sem, necessariamente, constranger a possibilidade de diversificar as capacidades industriais para a economia como um todo?⁵

⁴ Castel-Branco & Goldin (2003) discutem com mais detalhe a experiência da Mozal na geração de ligações com empresas nacionais, as vantagens e problemas dos modelos de ligações desenvolvidos.

⁵ Esta questão chama a atenção para o cuidado de evitar que parte considerável do investimento das empresas domésticas em novas capacidades industriais seja absorvida a favor dos grandes projectos (por meio de contratos de prestação de serviços de curta duração).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista mais geral este artigo levanta reflexões sobre até que ponto as estratégias globais de governação económica se relacionam com dinâmicas de desenvolvimento da capacidade empresarial e produtiva em Moçambique, com foco específico no mais recente plano do governo para a redução da pobreza. O artigo desenvolveu uma análise crítica sobre a perspectiva do PARP no que respeita ao desenvolvimento de uma base empresarial alargada e diversificada. O mesmo defende que, desenvolver uma base empresarial dinâmica e competitiva, requer compreender as dinâmicas empresariais existentes e a razão para a sua existência, encontrar o fio condutor comum que explica as várias dinâmicas existentes, a sua consistência e as ligações entre elas.

Uma das principais preocupações levantada neste artigo é que a análise sobre o desenvolvimento da base produtiva e empresarial no PARP é feita sem considerar os processos reais de acumulação e de organização social e técnica da produção, os mercados e ligações que existem, e que têm impactos sobre as dinâmicas macroeconómicas actuais e futuras, a alocação e utilização de recursos e as oportunidades de opções reais de desenvolvimento empresarial.

Entretanto, o artigo defende a existência de dinâmicas produtivas dominantes (os megaprojectos minerais, as concessões agrícolas viradas para exportação, caju, algodão, tabaco, etc.) geradoras de focos de procura, capazes de originar novas dinâmicas de acumulação a montante e a jusante e de desenvolver uma base empresarial mais dinâmica e competitiva. A análise dessas dinâmicas sugere, por um lado, a necessidade de repensar as questões de desenvolvimento da base produtiva e empresarial que o PARP levanta, sobretudo na problemática da organização da produção e nos objectivos de política e estratégia industriais.

Os argumentos, os problemas e as questões específicas apresentadas no artigo levantam três perguntas para reflexão: (i) quais são as questões mais importantes e prioritárias para o desenvolvimento da base produtiva e empresarial? (ii) porque é importante pensar em (e enfrentar) tais questões? (iii) o que estas questões nos sugerem e para que estratégias de desenvolvimento empresarial nos conduzem?

REFERÊNCIAS

Castel-Branco, C.N., Goldin, N., 2003. Impacts of the Mozal Aluminium Smelter on the Mozambican Economy (Final Report submitted to Mozal). Maputo.
GdM, 2011. Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014. Governo de Moçambique, Maputo.

Woodhouse, P., 2012. Agricultura, Pobreza e a Receita do PARP, in: Brito, L. de, Castel-Branco, C.N., Chichava, S., Francisco, A. (Eds.), Desafios Para Moçambique 2012. no prelo, Maputo.

FAN

O Fundo para Ambiente de Negócios (FAN) é uma iniciativa do Reino da Dinamarca e do Governo de Moçambique, que quer tornar mais fácil a intervenção do sector privado e outras organizações de negócios no trabalho inerente a advocacia para mudanças de políticas públicas com o objetivo de criar um ambiente propício de negócio.

O FAN foi criado para melhorar o nível e a qualidade do diálogo entre o governo, o sector privado e das organizações dos trabalhadores, contribuindo assim para a criação de um ambiente de negócios socialmente equilibrado.

IESE

O IESE é uma organização moçambicana independente e sem fins lucrativos, que realiza e promove investigação científica interdisciplinar sobre problemáticas do desenvolvimento social e económico em Moçambique e na África Austral.

A missão do IESE é a promoção de investigação social e económica de alta qualidade e relevante sobre as problemáticas de desenvolvimento, governação, globalização e política pública em Moçambique e na África Austral, privilegiando uma abordagem de economia política, interdisciplinar e heterodoxa e criando um espaço pluralista de estudo, debate e difusão de conhecimento e informação. Em relação com o seu programa de investigação, o IESE promove a publicação, debate e formação.